



# **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**

## **INSTRUÇÃO DO PERÍODO**

<b>Processo TC</b>	4635/989/18
<b>Poder</b>	EXECUTIVO
<b>Município</b>	Mogi Guaçu
<b>Entidade</b>	PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU
<b>Período</b>	06/2018
<b>Relator</b>	Dra. Cristiana de Castro Moraes
<b>Unidade Fiscalizadora</b>	UR-10 UNIDADE REGIONAL DE ARARAS
<b>Responsável</b>	Eng. Walter Caveanha
<b>Cargo</b>	PREFEITO
<b>CPF</b>	714.448.078-20
<b>Período de Gestão</b>	01/01/2017 a 31/12/2020

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

### **ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL**

## **1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE**

### **1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE**

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

## **2 - Assunto de Fiscalização: LRF**

### **2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)**

<b>Previsão acumulada</b>	R\$ 245.981.348,92	
<b>Realização acumulada</b>	R\$ 241.846.083,65	
<b>Variação</b>	R\$ -4.135.265,27	-1,6811%

Da análise do comportamento das receitas, constatamos uma situação desfavorável, uma vez que ficou aquém da meta de arrecadação, demonstrando, portanto, uma tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações, razão pela qual, deve ser alertado nos termos do artigo 59, §1º, inciso V da Lei Complementar nº 101/00, para observância do disposto no art.9º da Lei supra citada.

## **2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)**

<b>Receitas Realizadas :</b>	R\$ 241.846.083,65	
<b>Despesas Liquidadas até o Bimestre</b>	R\$ 214.134.332,83	
<b>Resultado da Execução Orçamentária</b>	R\$ 27.711.750,82	11,4584%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

## **2.3 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO**

<b>Resultado Primário Previsto na LOA</b>	R\$ 58.468.333,86	
<b>Resultado Primário do Anexo de Metas da LDO</b>	R\$ 0,00	
<b>Diferença</b>	R\$ 58.468.333,86	100,0000%

Diante das alterações orçamentárias, verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada supera o resultado consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, compatibilidade com a meta estabelecida.

## **2.4 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias**

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

## **2.5 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário**

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

## **2.6 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período**

**Posição no exercício anterior**

<b>Órgão</b>	<b>RP Proces</b>	<b>RP Não Proces</b>
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU	R\$ 49.174.360,02	R\$ 4.082.403,14
SAMAE-SERVIÇO AUTON. ÁGUA E ESGOTO	R\$ 1.298.836,84	R\$ 1.677.095,58
FEG-FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAÇUANA	R\$ 1.358.965,77	R\$ 0.00
HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS	R\$ 3.759.106,73	R\$ 172.547,13

**Movimentação no Exercício**

<b>Nome Órgão</b>	<b>Inscrições</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Cancelamentos</b>
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU	R\$ 0.00	R\$ 29.775.755,78	R\$ 1.027.245,84
SAMAE-SERVIÇO AUTON. ÁGUA E ESGOTO	R\$ 0.00	R\$ 2.493.936,72	R\$ 185.708,59
FEG-FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAÇUANA	R\$ 0.00	R\$ 1.358.965,77	R\$ 0.00
HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS	R\$ 0.00	R\$ 3.293.494,16	R\$ 16.370,68

**Posição atual**

<b>Nome Órgão</b>	<b>RP Proces</b>	<b>RP Não Proces</b>	<b>Red Esperada</b>
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU	R\$ 19.772.212,66	R\$ 2.681.548,88	R\$ 13.314.201,44
SAMAE-SERVIÇO AUTON. ÁGUA E ESGOTO	R\$ 0,00	R\$ 296.287,11	R\$ 743.983,70
FEG-FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAÇUANA	R\$ 0,00	R\$ 0.00	R\$ 339.741,71
HOSPITAL MUNICIPAL DR. TABAJARA RAMOS	R\$ 512.722,48	R\$ 109.066,54	R\$ 982.914,25

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

**3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO**

### 3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

<b>Receita Prevista Atualizada</b>	R\$ 286.333.058,18
<b>Despesa Fixada Atualizada</b>	R\$ 84.985.519,84
<b>Índice Apurado</b>	29,6807%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

### 3.2 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

<b>Receita</b>	R\$ 149.402.020,62	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 54.529.604,15	36,4986%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 41.411.858,67	27,7184%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 37.887.092,74	25,3592%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

### 3.3 - AE04 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Empenhada

<b>Receita</b>	R\$ 149.402.020,62	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 54.529.604,15	36,4986%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 41.411.858,67	27,7184%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 37.887.092,74	25,3592%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 212 da CF.

### 3.4 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

<b>Saldo Anterior</b>	<b>Receita</b>	<b>Despesa Empenhada</b>	
		<b>R\$</b>	<b>%</b>
R\$ -12.762.040,37	R\$ 38.288.651,86	R\$ 48.290.649,27	126,1226%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 21 da Lei 11.494/07.

### **3.5 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério**

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada Magistério	
		R\$	%
R\$ -12.762.040,37	R\$ 38.288.651,86	R\$ 43.894.775,73	114,6417%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 22 da Lei 11.494/07.

### **3.6 - AE07 - Aplicação dos Recursos do FUNDEF de Exercícios Anteriores**

Saldo Anterior	Aplic. Financ.	Desp Empenhada	Saldo Atual
R\$ 0.00	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 0.00

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município aplicou o saldo remanescente do FUNDEF recebido em exercícios anteriores.

### **3.7 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)**

25% dos Impostos - Retenções ao Fundeb	Repasses até o Período	
	R\$	%
R\$ 14.332.692,93	R\$ 8.309.744,02	57,9775%

Verifica-se que o Município, até o presente trimestre, efetuou repasses às contas vinculadas em valores que não indicam o atendimento ao disposto no art. 69, §5º da Lei Federal 9.394/96.

## **4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE**

### **4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde**

<b>Receita Prevista Atualizada</b>	R\$ 282.317.615,29
<b>Despesa Fixada Atualizada</b>	R\$ 79.265.798,28
<b>Índice Apurado</b>	28,0768%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

#### **4.2 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada**

<b>Receita</b>	R\$ 149.402.020,62	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 57.017.322,19	38,1637%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 39.630.646,81	26,5262%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 32.752.664,38	21,9225%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

#### **4.3 - AS04 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Empenhada**

<b>Receita</b>	R\$ 149.402.020,62	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 57.017.322,19	38,1637%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 39.630.646,81	26,5262%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 32.752.664,38	21,9225%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

## **5 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP**

### **5.1 - ANALISE OCP**

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão não observou a estrita ordem

cronológica das datas de suas exigibilidades, devendo ser alertado para fins de conhecimento das situações que ensejaram a quebra da ordem cronológica de pagamentos e apresentação das prévias justificativas e suas publicações, dos casos de relevantes razões de interesse público, em face do disposto no artigo 5º da Lei Federal nº 8666/93, com alterações posteriores.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

**Data da Geração: 06/09/2018**

**Hora da Geração: 22:06:53**